



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13204.000065/2004-42
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3403-002.766 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	25 de fevereiro de 2014
<b>Matéria</b>	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
<b>Recorrente</b>	ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/04/2004 a 30/04/2004

RECURSO VOLUNTÁRIO. PROTOCOLO PELOS CORREIOS. POSSIBILIDADE. CONTAGEM DO PRAZO. INTEMPESTIVIDADE. ADN 19/1997 C/C ART. 33 DO PAF.

A interposição do recurso voluntário pode acontecer por meio dos Correios, hipótese em que o *dies ad quo* será a data de sua postagem na agência da Empresa de Correios e Telégrafos.

No entanto, a postagem, realizada a título de interposição, deve acontecer dentro do prazo de 30 dias, contados da notificação do acórdão. A interposição depois de ultrapassado tal prazo implica na intempestividade do recurso.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar conhecimento ao recurso voluntário por intempestivo.

(assinado digitalmente)

Antonio Carlos Atulim - Presidente

(assinado digitalmente)

Ivan Allegretti - Relator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Atulim, Alexandre Kern, Domingos de Sá Filho, Rosaldo Trevisan, Marcos Tranches Ortíz e Ivan Allegretti.

## Relatório

Trata-se de Declaração de Compensação de Créditos de Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) não cumulativo relativos ao mês de abril de 2004 (fls. 2/9).

A Fiscalização reconheceu apenas parte do direito de crédito pleiteado, realizando as seguintes alterações em relação às informações prestadas no DACON, conforme Relatório Fiscal (fls. 14/21):

- a) *Glosa de IPI recuperável (art. 66, § 3.º, da PN SRF n.º 247/2002), incluído indevidamente na base de cálculo dos créditos, como parte integrante do valor de aquisição dos bens (item 2 do Relatório de Diligência Fiscal);*
- b) *Glosa de despesas de serviços de transporte de "lama vermelha" e "manutenção de refratários", conforme art. 66, § 5.º, I, "b", da PN SRF n.º 247/2002 e art. 346, §2.º, do RIR/99 (item 3 do Relatório de Diligência Fiscal);*
- c) *Ajustes de base de cálculo de créditos que haviam sido computados por valores superiores aos constantes em memória de cálculo (item 3 do Relatório de Diligência Fiscal);*
- d) *Ajustes de rateio de despesas, observando-se a proporcionalidade com a receita bruta (item 3 do Relatório de Diligência Fiscal);*
- e) *Acréscimo às bases de cálculo da Contribuição para o PIS e da Cofins de receitas financeiras, atinentes a transações realizadas com o exterior e com pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tendo em vista o disposto no art. 10 da EM SRF n.º 247/2002 (item 5 do relatório de Diligência Fiscal);*
- f) *Retificação do crédito presumido de IPI, obedecendo-se à regra de sua utilização, na proporção de 1/12, nos termos do art. 11, § 2.º, da Lei n.º 10.637/2002 e art. 12, § 2.º, da Lei n.º 10.833/2003 (item 6 do relatório de Diligência Fiscal);*
- g) *Alteração dos "ajustes positivos de créditos", em conformidade com os valores apontados em memória de cálculo (item 7 do relatório de Diligência Fiscal);*
- h) *Acréscimo às bases de cálculo da Contribuição para o PIS e da Cofins de despesas financeiras decorrentes de contratos celebrados com pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, que haviam sido indevidamente subtraídas das receitas financeiras (item 8 do relatório de Diligência Fiscal);*
- i) *Inclusão, na base cálculo do PIS/Cofins, do crédito presumido de IPI, na modalidade de resarcimento de PIS e de Cofins incidentes nas aquisições no mercado interno de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação (item 9 do relatório de Diligência Fiscal);*

j) Ajustes visando à desconsideração dos débitos em contas de receitas, em função de mudanças de preços de produtos vendidos no mercado interno, devido à sua fixação em moeda estrangeira e/ou a desvios de características físico-químicas, vez que se trata de despesas financeiras não decorrentes de empréstimos/financiamentos obtidos de pessoas jurídicas (item 10 do relatório de Diligência Fiscal).

O referido relatório serviu de fundamento para o Despacho Decisório 749/2008 (fl. 26).

A contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade (fls. 46/69) alegando, em síntese:

1. a impossibilidade mesmo com fundamento na Lei nº 10.637/2002 de submeter as receitas financeiras (operações de “hedge”, aplicações financeiras e empréstimos) à incidência de PIS em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal nos RREE 346.084, 390.840 e 357.950, por não guardarem conexão com o conceito de faturamento;
2. que a caracterização de insumo, para gerar direito de crédito de PIS/Cofins não-cumulativo, não poderia ser restringido ao conceito aplicado para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), devendo ser tomado de forma mais ampla.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belém/PA (DRJ), por meio do Acórdão nº 01-25.086, de 31 de maio de 2012 (fls. 463/481), improcedente a manifestação de inconformidade, conforme o seguinte entendimento resumido na sua ementa:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS Período de apuração: 01/04/2004 a 30/04/2004 PAF. ATO NORMATIVO. INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE.*

*PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE.*

*A autoridade administrativa não possui atribuição para apreciar a argüição de inconstitucionalidade ou de ilegalidade de dispositivos que integram a legislação tributária.*

*PAF. DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS. EFEITOS.*

*As decisões judiciais e administrativas relativas a terceiros não possuem eficácia normativa, uma vez que não integram a legislação tributária de que tratam os arts.*

*96 e 100 do Código Tributário Nacional.*

*PAF. PERÍCIA. REQUISITOS.*

*Considera-se não formulado o pedido de perícia que deixa de atender aos requisitos previstos no art. 16, IV, do Decreto nº 70.235/1972, também se fazendo incabível a realização de*

*perícia quando presentes nos autos os elementos necessários e suficientes à dissolução do litígio administrativo.*

**PAF. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.**

*Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte.*

**COFINS NÃO-CUMULATIVA. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÕES.**

*Na sistemática não cumulativa, a Cofins incide sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, nelas incluídas as receitas operacionais e não operacionais, inclusive receitas financeiras, as quais não podem ser excluídas da base de cálculo respectiva, nos termos da legislação de incidência.*

**COFINS NÃO CUMULATIVA. INSUMOS. CRÉDITOS.**

*No cálculo da Cofins Não Cumulativa somente podem ser descontados créditos calculados sobre valores correspondentes a insumos, assim entendidos os bens aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens destinados à venda, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado ou, ainda, sobre os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto.*

**DCOMP. HOMOLOGAÇÃO. LIMITE DO DIREITO CREDITÓRIO.**

*As declarações de compensação apresentadas à Receita Federal do Brasil somente podem ser homologadas no exato limite do direito creditório comprovado pelo sujeito passivo.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

*Direito Creditório Não Reconhecido*

O contribuinte apresentou Recurso Voluntário (fls. 216/277) reiterando os mesmo fundamentos da Manifestação de Inconformidade.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro Ivan Allegretti, Relator

A notificação do acórdão da DRJ aconteceu em 04/04/2012 (fl. 212).

O recurso voluntário foi protocolado em 07/05/2012, data em que aconteceu a postagem nos Correios (fl. 214).

Não há dúvida quanto à possibilidade de interposição do recurso por meio dos Correios, conforme autorizado pelo Ato Declaratório Normativo nº 19, de 26/05/1997.

No entanto, a postagem, realizada a titulo de interposição do recurso voluntário, tem de acontecer dentro do prazo de 30 dias, conforme previsto no art. 33 do Processo Administrativo Fiscal (PAF – Decreto nº 70.235/72).

Ocorre que a interposição no caso concreto aconteceu apenas depois de ultrapassado o prazo de 30 dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Por ser intempestivo, nego conhecimento ao recurso.

(assinado digitalmente)  
**Ivan Allegretti**